



Bate-papo reproduzido no Diário Oficial é montagem, diz juiz

A conversa do MSN publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 25 de junho, foi forjada, segundo o juiz da 7ª Vara Cível do Fórum Regional de Santana, Antonio Jeová Silva Santos. “O objetivo foi prejudicar o André”, afirma juiz em entrevista à *Agência Estado*.

André Leôncio é o oficial maior do cartório, segundo cargo na hierarquia, abaixo da diretora. Luciana Pires, a outra interlocutora, ocupou o cargo de oficial maior até dois anos atrás, quando foi trabalhar no Tribunal de Justiça. Segundo Leôncio, ele e Luciana são amigos, mas conversam somente por telefone e e-mail. “Nem tenho o e-mail dela no MSN”, diz.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), a Imprensa Oficial, a Microsoft, dona do MSN, e um perito investigam o caso, para determinar a veracidade e rastrear a procedência. Jeová deve encerrar o processo na próxima semana.

São vários os indícios que provam a inveracidade do documento, segundo o juiz. Na versão online, publicada no site do Tribunal de Justiça, é possível ver a conversa com a formatação original, incluindo arquivos gráficos de humor. A conversa foi revelada pelo site [Kibeloco](#).

Há pelo menos quatro erros de digitação que seriam impossíveis de acontecer, pois estariam em locais onde os termos são gerados automaticamente pelo programa de computador, como o cabeçalho do arquivo e os nomes de usuário.

Em um dos momentos, uma fala que seria atribuída a André foi digitada ao lado do nome de Luciana. Além disso, o juiz Jeová vê os mesmos vícios de estilo no texto dos dois interlocutores. “Isso é um monólogo, não um diálogo”, afirma ele.

Segundo a Prodesp, o processo de inclusão da lauda começou após as 19 horas de 19 de junho e transmitida para a Imprensa Oficial na manhã do dia 21. O arquivo de registro da conversa do MSN, porém, foi criado em 10 de abril.

Ainda não foi descoberta a máquina de onde saiu o pedido de inclusão da lauda no disquete transmitido à Imprensa Oficial, mas qualquer computador dentro de qualquer vara no Estado de São Paulo pode ter sido usada.

O suspeito não precisa ter muito conhecimento de informática, mas sim dos procedimentos de publicação do Diário Oficial, de acordo com o perito, que preferiu não se identificar.

Além do processo administrativo, que pode culminar na demissão, o autor do ato pode enfrentar ainda um processo penal por inserir em órgão público algo que é privado, calúnia e difamação. André e Luciana, além dos nomes citados no diálogo, também planejam uma ação indenizatória por danos morais, que, aliás, é a especialidade do juiz Jeová.

Date Created

29/06/2007